

## *Resenha*

MOURA, Clóvis. A Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2020.

## **Clóvis Moura e a Sociologia do Negro: uma teoria/práxis marxista e radical**

Fábio Nogueira de Oliveira<sup>1</sup>

Recebido em: 15/01/2024

Aprovado em: 04/03/2024

Esta obra de Clóvis Moura foi publicada em 1988 quando se completava 100 anos da abolição no Brasil. A efeméride, que é citada por Clóvis Moura na introdução de sua obra, representou um marco no protesto negro brasileiro contemporâneo conferindo um caráter público de denúncia do que se chamou de “Falsa Abolição”. Clóvis Moura tinha plena consciência do caráter político de sua obra e era, no sentido forte do termo, um intelectual de seu tempo, ou como preferia Edward Said, como aquele que “articula uma mensagem, um ponto de vista, um pensamento a um público” (Said, 1993). Quando observamos a estrutura do livro A Sociologia do Negro Brasileiro, o próprio autor reconhece que se trata do resultado de mais de vinte anos de “pesquisas, cursos, palestras, congressos, simpósios, observação e análise da situação e perspectivas do problema do negro no Brasil” (p.29). E, desta maneira, podemos ler a obra como a

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil. É Coordenador do Ija Imo - Grupo de Estudos do Marxismo Negro "Clóvis Moura". Email: [fnogueira@uneb.br](mailto:fnogueira@uneb.br). Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9622-9737>

condensação de três pontos-chaves do pensamento mouriano, presentes do conjunto de seus livros e artigos: a) uma sociologia do conhecimento; b) a práxis negra como elemento fundante da nacionalidade brasileira; c) uma teoria social engajada, de caráter radical e antirracista. A obra *Sociologia do Negro Brasileiro* é dividida em duas partes, cada uma delas com quatro capítulos cada: a primeira, *Teorias da procura de uma prática*; a segunda, *A dinâmica do negro e o racismo do branco*.

Cada uma das partes de sua obra representa o desenho teórico e político que Clóvis Moura procurou construir a partir de uma ciência social engajada e crítica dos métodos de uma cientificidade abstrata por não estar comprometida com a transformação social (esta reflexão ele desenvolve nas obras *A Sociologia posta em questão*, 1977 e *As injustiças de Clio, O negro na historiografia brasileira*, 1990). Porém podemos afirmar que em seu conjunto, a obra em si de Moura, que se coloca como uma sociologia do negro é ao mesmo tempo a expressão desta ciência social comprometida com o que ele identifica a questão-chave à consolidação do Brasil como nação verdadeiramente democrática: a superação do racismo. Podemos encontrar em Clóvis Moura o mesmo diapasão de preocupações quanto a tendência do pensamento sociológico converter-se em escolástica acadêmica presente em autores como Charles Wright Mills (*A imaginação sociológica*, 1959), Guerreiro Ramos (*A redução sociológica*, 1958) e mais recentemente Michael Burawoy e sua proposta de uma sociologia pública (*For public sociology*, 2005). Podemos, desta maneira, pensar a sociologia do negro de Moura como uma tentativa de convergência entre “categorias científicas e a práxis” (p.57) Neste sentido, “(...) O negro como ser pensante e intelectual atuante articula uma ideologia no qual unem-se a ciência e a consciência.” (p.57).

Da primeira parte da obra *Teorias à procura de uma prática*, os capítulos procuram capturar as diferentes facetas dos processos que alienou às ciências sociais do caráter dinâmico radical do negro em sua luta contra o racismo branco, algo que será analisado na segunda parte do livro. É desta dialética entre teoria e práxis negra que a crítica das ciências sociais – pensamento social reflexo da estrutura social pós-escravista brasileira – condensa um pensar/agir teórico e político que se conhece na e a partir da práxis negra. Sem esta articulação na práxis, as ciências sociais se converteriam em uma “reformulação dos mitos raciais reflexos do escravismo no contexto da sociedade de capitalismo dependente” (p.39). É por isso que é tão importante revisitar Nina

Rodrigues, Gilberto Freyre, Arthur Ramos Silvio Romero, Oliveira Viana, Azevedo Amaral e o reflexo desta condição na obra de Machado de Assis e Carlos Gomes. Moura situa os autores em relação ao distanciamento destes da realidade racial do Brasil que, para o autor, foi marcado por fortes conflitos e oposições entre senhores e escravizados, nada mais distante que a representação de um paraíso racial idílico e harmonioso. É evidente que Moura se atém essencialmente a realidade étnico-racial que é formativa da sociedade brasileira como uma sociedade pós-escravista. A respeito da natureza reflexa deste pensamento social, em seu ponto de vista, há duas posições: uma essencialmente conservadora e autoritária, que vê na questão racial algo a ser resolvido a partir de fórmulas que colocam ao negro o lugar de incapaz a “civilização” e a “modernidade” (daí o estímulo à imigração europeia no pós-abolição, a defesa de um estado dirigido por oligarquias e uma democracia tutelada e limitada) e, outra, escapista, ao negar a realidade deste tema como algo estruturante para se pensar as desigualdades sociais no Brasil (seja por uma visão psicologizante da questão do negro ou através de uma falsa representação harmoniosa da relação entre negros e brancos). Em determinado momento, Moura inclusive se refere a necessidade de descolonizar o pensamento social brasileiro: “A consciência crítica dos nossos intelectuais em relação ao problema étnico do Brasil em geral, e do negro, em particular, ainda não se cristalizou em nível de uma reformulação das categorias ideológicas e estéticas com as quais manipulam a sua imaginação. Ainda são muito europeus, brancos, o que vale dizer ideologicamente colonizados.” (p.55).

Este modelo de pensamento social colonizado, que no que diz respeito a questão negra, ao permanecer nos limites da estrutura do capitalismo dependente brasileiro, sem explorar raízes radicais de enfrentamento a sua superação, também se manifesta na antropologia e conceitos deste campo como sincretismo, acomodação, assimilação e aculturação. No capítulo 2 da primeira parte do livro, Clóvis Moura apresenta as bases de uma teoria materialista da cultura, pensando a cultura negra, englobando costumes, religiosidade, manifestações culturais etc, como cultura de resistência. A partir de seu diálogo, entre outros autores, com Kabengele Munanga e Maurício Tragtenberg, a respeito da relação entre antropologia e neocolonialismo, e Amílcar Cabral, em sua crítica ao assimilacionismo cultural, Moura apresenta a necessidade de se pensar as estratégias de resistência cultural e de recusa a assimilação que são ocultas por

proposições como o do sincretismo cultural e religioso. Para Moura, a posição dos antropólogos “(...) partem de um critério subjetivista, eurocêntrico (algumas vezes paternalista e/ou romântico), por não considerarem as contradições sociais no seio dos quais esse processo sincrético se realiza, para concluírem pela assimilação da religião oprimida no conjunto místico da religião dominante” (p.67). A leitura de Moura a respeito do tema tem dois aspectos fundamentais: o primeiro, entende os processos culturais vinculados às condições materiais objetivas do escravismo e pós-escravismo (capitalismo dependente); o segundo, toma a cultura como expressão de resistência negra (uma das expressões da práxis) no que também opera como meio de preservação/construção de vínculos sociais dos negros em frente ao racismo (algo que ele retomará no capítulo 4 ao apresentar seus conceitos de grupo diferenciado e grupo específico). Moura é, em meu ponto de vista, deve ser pensado como um marxista negro que, assim como CRL James, o primeiro Stuart Hall (gramsciano) e Lélia González entendem a cultura vinculada aos processos de construção das subjetividades negras e sua assunção em consciência política.

Com isso, é necessário revisitar e fazer uma crítica profunda do que é a pedra angular da ideologia dominante no Brasil: a miscigenação e a democracia racial. No capítulo 3, Clóvis Moura apresenta a essência de sua visão sobre a relação entre mascaramento das desigualdades raciais – através do mito da democracia racial – e a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro. Ele não se limita apenas a pensar como a “herança da escravidão” condenou os negros e negras a uma posição de subalternização na sociedade de classes do capitalismo dependente brasileiro.

Moura pensa a “herança da escravidão” como elemento dinâmico que atualiza os mecanismos de barragem de ascensão social do negro na sociedade de classes do Brasil. Não é, portanto, a partir do negro que se deve pensar as dificuldades de integração a uma ordem social competitiva mas em relação à sociedade mais abrangente. A democracia racial e a miscigenação reforçam o ideal de branqueamento que subjaz a ideologia da burguesia dominante de um país “branco e capitalista”. Moura, por sua vez, nega a mestiçagem como ideologia de clareamento da população brasileira, mesmo que a reconheça um fato que está ligado a forma objetivo como se deu a colonização no Brasil. Logo, longe do elogio e da exaltação da mestiçagem é

necessário falar do seu caráter compulsório, de negação da negritude e, por extensão de sua consciência étnico-racial. Tomar a si próprio como não negro é reforçar o princípio de branqueamento social que está presente na ideologia dominante. Para esta, ser negro não é bom; é necessário branquear-se, logo, colocar-se fenotipicamente em uma posição próxima ao branco, este visto como ideal a ser alcançado. Por isso, para Moura, “(...) a identidade e a consciência étnica são, assim, penosamente escamoteadas pela grande maioria dos brasileiros ao se autoanalisarem, procurando sempre elementos de identificação com os símbolos étnicos da camada branca dominante.” (p.91).

Como um intelectual materialista, no capítulo 4, Clóvis Moura não separa os processos de tomada de consciência do negro da totalidade do modo de produção em que historicamente estão inseridos. Em linhas gerais, é apenas a partir do escravismo e do capitalismo que podemos falar em negros como categoria histórica e política. Existe no tornar-se negro um momento de heteronomia, ou seja, em que este é diferenciado e definido desde fora enquanto tal, dentro do esquema de valores da sociedade escravista e racista dominante. De acordo com Moura, “(...) quando falamos de grupo diferenciado numa sociedade de classes, temos em vista uma unidade organizacional que, por um motivo ou uma constelação de motivos e racionalizações, é diferenciado por outros que, no plano da interação, compõe a sociedade.” (p.148). Definido desde fora como grupo diferenciado, o negro passa a se definir por si mesmo, ou desde dentro, como preferia Guerreiro Ramos, como grupo específico. Com isso, tornar-se negro (importante lembrar a obra Tornar-se negro, de Neusa Maria Santos publicada em 1983) é um processo subjetivo que parte de um outro para o reconhecimento de si como um processo que é histórico, evitando-se assim uma perspectiva essencialista (como infelizmente ocorre com algumas interpretações do pensamento de Franz Fanon, principalmente de sua obra clássica *Pele Negra, Máscara Branca*, 1952).

Este negro que procura se definir, falar por si mesmo, a partir de sua experiência concreta como grupo subalternizado não tem a dizer apenas do seu lugar. Ele engendra uma práxis e é a partir desta experiência histórica concreta que constrói os nexos de sua visão alternativa de Brasil, base da sociologia do negro. A segunda parte do livro “A dinâmica do negro e o racismo do branco” fala da contradição estrutural entre um Brasil negro que procura se dinamizar e construir alternativas (num primeiro momento, ao

modo de produção colonial-escravista e, posteriormente, ao capitalismo dependente) e o racismo branco que opera como mantenedor da desigualdade estrutural que separa o Brasil de sua realização plena como nação. Por isso, Clóvis Moura abre esta parte do livro (Capítulo 5) falando a República de Palmares pensada como um modo de produção alternativo ao colonial-escravista (este último baseado na monocultura agroexportadora). Porém não é original o uso do termo “República de Palmares”, já presente no ensaio “O colono preto como fator da civilização brasileira” (Manuel Querino, 1918). Há também ecos de sua leitura materialista de Palmares da obra clássica de Edison Carneiro (O Quilombo dos Palmares, 1958). O que singulariza a contribuição de Moura é a sua interpretação de Palmares como “embrião de nação que foi destruído para que seu exemplo não determinasse uma economia que transcendesse os padrões econômicos e políticos do sistema escravista.” (p.220). Para Moura, portanto, Palmares não é apenas um símbolo mas possibilidade histórica concreta de um outro modo de produção da vida em sociedade alternativo ao escravismo.

Apesar de sua crítica ao caráter reflexo do pensamento social brasileiro, no capítulo 6, Moura observa nos anos 1970 e 1980, principalmente pela influência das organizações e entidades do movimento negro, uma mudança de perspectiva nos estados sobre o negro. Para isso, compara os estudos dos historiadores Kátia Matoso e Ciro Flamarion Cardoso. Enquanto Moura aprecia a obra de Kátia Matoso como “apaixonada pelo tema negro” mostrando a sua contribuição e limites a partir do diálogo com o pensamento de Marx e Eric Williams para os estudos da escravidão no Brasil, critica Ciro Flamarion Cardoso por seu cientificismo que classifica como neopositivista. Para Moura, Kátia Matoso secundariza os elementos estruturais ao falar que as oposições entre os escravizados tinham a mesma proporção entre estes e seus senhores, por outro lado, para ele, Ciro Flamarion Cardoso cai no estruturalismo e reduz a quase nada o elemento da subjetividade negra no processo de resistência ao escravismo. Moura considera exageradas as críticas de Cardoso a obra Os Jacobinos Negros de C.R.L James que, no ponto de vista deste, teria contribuído para o surgimento de trabalhos com ideologias conflitantes como o “etnonacionalismo”, “marxismo de diversos tipos” e pensamento Black Power. Chama a atenção que Cardoso procure uma espécie de “pureza teórica” no pensamento de um dos principais intelectuais marxistas de seu tempo, CRL James. O pensamento de James, por estabelecer um diálogo entre

cultura, política e estrutura social no que diz respeito a Revolução Haitiana, é desqualificada como eclética, o que Moura rejeita de pronto. Isso porque estrutura e agência caminham juntas no pensamento mouriano.

Um tema caro ao pensamento sociológico de Roger Bastide e Florestan Fernandes é o da imprensa negra de São Paulo que será analisada por Clóvis Moura. A imprensa negra é a tribuna dos intelectuais negros paulistas, das primeiras décadas do século XX, vinculadas as entidades, clubes e associações do que Florestan chamou de meio negro. Interessa a Moura, no capítulo 7, entender a imprensa negra como espaço onde concretamente a consciência racial foi assumindo gradativamente contornos políticos, como que de clubes negros dançantes e de confraternização se passou a ações e iniciativas de combate ao racismo. A respeito da politização da raça, de termo negado pelos próprio negros por sua associação biologicismo no final do XIX à sua reivindicação como categoria política a partir dos anos 1920, Moura afirma que “a imprensa negra reflete como os negros articulam esse conceito em relação a si mesmos. Oprimidos socialmente e discriminados etnicamente, estigmatizado por sua marca étnica, os negros concentram nessa marca o potencial de sua revalorização simbólica.” (p.249) A imprensa negra é, para Moura, um meio através do qual a práxis do negro se torna autoconsciente como processo histórico e de valorização de sua própria condição de grupo social expropriado e oprimido.

Por fim, no oitavo e último capítulo, Moura estuda a relação entre a “insurgência negra” e o “abolicionismo”. A pergunta que Moura quer responder neste capítulo final é como diante do grande número de rebeliões negras, principalmente nas primeiras décadas do século XIX, estas foram diminuindo no período próximo a abolição da escravidão (1888). Para Moura, o escravismo tardio, com a Lei Eusébio de Queiroz, 1850, que proibiu o tráfico transatlântico, estimulou o tráfico interprovincial que desarticulou núcleos de resistência negra, principalmente no atual Nordeste brasileiro. A classe senhorial, por sua vez, adotou uma política cada vez mais paternalista, quanto aos trabalhadores escravizados o que coincidiu com a penetração de relações capitalistas estabelecidas de fora (e não como processos interiores da própria economia nacional). Independente disso, Moura fala das lutas de escravizados e operários e suas possíveis articulações, de uma resistência negra passiva, de um processo de quilombagem que vai

gradativamente minando as bases da sociedade escravista. Porém os mecanismos de barragem social do negro que existiram no escravismo – como o não acesso à terra, a educação e ao emprego – continuaram operando no capitalismo dependente brasileiro.

O livro de Clóvis Moura traz temas extremamente relevantes para o debate contemporâneo dentro e fora das ciências sociais. Talvez o principal deles seja sobre a possibilidade de se pensar a luta antirracista e a afirmação cultural do negro articulado ao processo de resistência ao capitalismo dependente brasileiro. Moura nos alerta para os riscos de ver nos discursos do negro sobre si não a elaboração de um ser coletivo, que se pensa como ser histórico e a partir de uma práxis/ação direcionada a transformação radical da ordem social. Não é possível pensar a formação do capitalismo sem o escravismo, colonialismo, a escravidão e o racismo. Em termos sociológicos, para Moura, o capitalismo como sistema se formou a partir da maior tragédia da história da humanidade: a escravização de milhões de africanos degredados de sua própria terra para trabalharem e serem desumanizados por séculos. O capitalismo, que nasceu deste realidade iníqua e vil, em nenhum lugar do planeta conseguiu superar o flagelo e as marcas que isso causou nos africanos e seus descendentes, mantendo-se até hoje nas estatísticas de desemprego, da pobreza, miséria e assassinatos de jovens negros em nosso país. Para Moura, um sistema como este não deve continuar a existir e devemos, a partir da práxis, parafraseando o poeta baiano José Carlos Limeira (1951-2016), “fazer Palmares de novo”.

## Referências

- BURAWOY, Michael. “For Public Sociology.” *American Sociological Review*, Vol. 70 (February:4–28), 2005.
- CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011 [1958].
- FANON, Franz. *Pele Negra, Máscara Branca*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952].
- JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo, Boitempo, 2010 [1938].
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975 [1959].
- MOURA, Clóvis. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: LECH, 1978.
- \_\_\_\_\_. *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990a.
- QUERINO, M. “O colono preto como fator da civilização brasileira”. In: *Congresso Brasileiro de Geografia*, 6. Anais [...]. Salvador: SGRJ, 1918.

RAMOS, Guerreiro. A redução sociológica. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996 [1965]

SAID, Edward. Representações do intelectual. As Conferências de Reith de 1993. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.